

1ª Edição do Prêmio de Boas Práticas em Saúde de Florianópolis

Caminhos para uma transição governamental adequada

Oficina de Avaliação, 13 de novembro de 2012

TÍTULO DA PRÁTICA:

A experiência da Comissão Técnica Permanente de Programação, Análise Técnica e Aquisição da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME na Rede Municipal de Saúde de Florianópolis

CÓDIGO DA PRÁTICA:

T21

1 **a)** A Assistência Farmacêutica representa hoje um dos setores de maior impacto
2 financeiro no âmbito das Secretarias Municipais de Saúde e a tendência de
3 demanda por medicamentos e pela qualidade do serviço prestado é cada vez
4 maior. O desenvolvimento da Assistência Farmacêutica, diretriz prioritária da
5 Política Nacional de Medicamentos, é possível através de um gerenciamento
6 eficaz, sendo que este inclui planejamento, organização e estruturação do
7 conjunto das atividades desenvolvidas, visando aperfeiçoar os serviços ofertados
8 à população.

9 Atualmente o investimento em medicamentos destinados à população de
10 Florianópolis que utiliza a rede municipal de saúde está próximo a R\$ 10
11 milhões/ano. São recursos consideráveis e que necessitam de um planejamento e
12 gerenciamento adequados, especialmente das atividades de programação e
13 aquisição de medicamentos, já que estes são considerados produtos perecíveis e
14 que dependem de uma boa organização gerencial e técnica para se evitar perdas
15 e desperdícios, bem como gastos com aquisições desnecessárias.

16 A programação e a aquisição de medicamentos fazem parte do “Ciclo da
17 Assistência Farmacêutica”, que é um processo que promove o acesso da
18 população a medicamentos essenciais, seguros e de qualidade, em boas
19 condições de uso, bem como a uma dispensação orientada e com foco no uso
20 racional. Este ciclo também engloba a seleção (realizada pela Comissão



21 Permanente de Farmácia e Terapêutica – CFT), o armazenamento, a distribuição
22 e a dispensação de medicamentos, atividades estas que são coordenadas pela
23 Gerência de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde.

24 b) A programação e a aquisição dos medicamentos que são utilizados pela
25 população devem ser realizadas de forma planejada e organizada, considerando
26 critérios técnicos que garantam a padronização e a qualidade dos medicamentos.
27 Dessa forma é possível que se garanta o acesso a produtos de qualidade que
28 contribuirão na resolubilidade do serviço de saúde prestado.

29 c) A necessidade de sistemas de gerenciamento para a manutenção de uma
30 assistência com qualidade e com contenção de gastos é um desafio constante
31 diante de recursos escassos, do aumento constante da demanda por serviços e
32 produtos de saúde e dos avanços tecnológicos. Considerando isto e o cuidado
33 que se deve ter com os medicamentos utilizados pela população, foi implantada a
34 Comissão Técnica Permanente de Programação, Análise Técnica e Aquisição da
35 Relação Municipal de Medicamentos – REMUME, conforme
36 PORTARIA/SS/GAB/Nº 293/2009, que institui Comissões Técnicas Permanentes
37 de Padronização, Especificação, Programação, Análise Técnica, Aquisição e
38 Controle de Qualidade dos insumos utilizados no âmbito da Secretaria Municipal
39 de Saúde de Florianópolis e PORTARIA/SS/GAB/Nº 11/2011 que nomeia os
40 membros especificamente desta Comissão. O trabalho desta Comissão tem como
41 objetivo principal garantir o abastecimento adequado de medicamentos de
42 qualidade na rede municipal de saúde.

43 d) Esta Comissão é formada por farmacêuticos efetivos e realiza todas as etapas
44 de programação de medicamentos para a rede municipal de saúde, bem como a
45 análise técnica de todos os medicamentos licitados e emissão de pareceres para
46 o julgamento de propostas de fornecedores, além da requisição e
47 acompanhamento dos processos licitatórios de medicamentos. As atividades são
48 realizadas por farmacêuticos representantes da Gerência de Assistência
49 Farmacêutica e Central de Abastecimento Farmacêutico.



50 e) A Comissão atua sistematicamente desde 2009 no acompanhamento do
51 abastecimento da rede, e de forma mais intensiva durante os processos
52 licitatórios.

53 f) A partir desta iniciativa, estabeleceu-se maior vínculo com a Secretaria
54 Municipal de Administração e Previdência, a qual realiza as licitações, além da
55 Diretoria do Fundo Municipal de Saúde e Logística, Gerência de Apoio Logístico e
56 Abastecimento, Gerência de Programação e Execução Orçamentária e Gerência
57 de Contratos e Convênios. Também, estreitou-se a relação com os fornecedores
58 (indústrias farmacêuticas e distribuidoras de medicamentos). Esta relação é
59 vantajosa para o serviço de saúde já que a relação direta dos responsáveis
60 técnicos com os fornecedores permite negociações de troca de produtos (lotes
61 antigos por lotes mais novos), devolução de produtos que foram inutilizados no
62 transporte, renegociação de prazos de entregas, entre outros, de forma mais fácil
63 e rápida.

64 g) O usuário acompanha o desenvolvimento da prática a partir do momento que
65 encontra seu medicamento no Centro de Saúde. A falta do medicamento
66 denunciaria falha no processo de aquisição/abastecimento, a qual poderia gerar
67 uma ouvidoria e conseqüente correção das possíveis falhas. Em relação a
68 potenciais efeitos indesejáveis relacionados aos medicamentos, o usuário poderia
69 relatar o problema ao profissional de saúde que o acompanha, o qual faria uma
70 notificação em farmacovigilância e, conforme o caso, poderia levar a suspensão
71 do contrato com o fornecedor do medicamento em questão.

72 h) Os membros da Comissão são designados por portaria do Secretário Municipal
73 de Saúde e pertencem ao quadro de servidores efetivos. Não recebem qualquer
74 remuneração para as atividades específicas da Comissão, não havendo, portanto,
75 recursos financeiros envolvidos.

76 i) Programação sistemática de medicamentos, considerando prazos de validade,
77 prazos de entrega, saldos em contratos e espaço disponível para
78 armazenamento; programação e requisição de compras emergenciais,
79 respeitando a legislação pertinente, quando ocorre desabastecimento devido a
80 itens desertos ou revogados em licitações, de forma a não paralisar serviços de



81 saúde essenciais, especialmente aqueles prestados pelo SAMU e UPAs;
82 acompanhamento de todo o processo licitatório até a confecção dos contratos;
83 gerenciamento dos contratos com os fornecedores; encaminhamento para o setor
84 jurídico quando há necessidade da execução das penalidades previstas em edital
85 quando do não cumprimento dos contratos pelos fornecedores, entre outras.

86 É importante assinalar que a Assistência Farmacêutica é multidisciplinar, porém, o
87 farmacêutico, por ser legalmente o profissional responsável pelo medicamento, é
88 imprescindível para o desenvolvimento das atividades relacionadas à área.
89 Também é estratégica a participação deste profissional no processo de aquisição
90 de medicamentos, em especial na elaboração das especificações,
91 estabelecimento de critérios técnicos e emissão dos pareceres no julgamento das
92 propostas, de forma a garantir a qualidade dos produtos licitados e que serão
93 oferecidos à população

94 j) As atividades dessa prática influenciam diretamente os serviços de saúde e o
95 acesso da população aos medicamentos. Através da análise técnica e pareceres
96 técnicos emitidos pela Comissão durante os processos licitatórios, a Secretaria
97 Municipal de Saúde garante a aquisição de medicamentos de qualidade,
98 assegurados pelas normas da legislação sanitária vigente. Além disso, em seus
99 pareceres técnicos, a Comissão também observa critérios econômicos que
100 permitem apenas a aquisição de medicamentos que estão com seus preços
101 dentro daqueles praticados no mercado.

102 A viabilidade da programação depende da utilização de informações gerenciais
103 disponíveis e fidedignas, da análise da situação local de saúde, assim como do
104 conhecimento sobre os medicamentos selecionados, sua indicação e sua
105 perspectiva de emprego na população-alvo. Faz-se necessário dispor, ainda, de
106 dados consistentes sobre o consumo de medicamentos da área ou serviço, seu
107 perfil demográfico e epidemiológico, a oferta e demanda de serviços de saúde
108 que apresenta, dos recursos humanos capacitados de que dispõe, bem como da
109 sua disponibilidade financeira para a execução da programação. Para uma
110 programação eficaz é preciso conhecer a rede na qual está inserido o serviço e o
111 tipo do serviço para o qual se está programando o abastecimento de



112 medicamentos. Faz-se necessário considerar a posição atual dos estoques e os
113 fatores que influenciarão em sua utilização. Atenção especial merece ser dada às
114 especificações dos medicamentos, com abordagem detalhada dos critérios,
115 sendo que alguns itens devem estar previstos desde a seleção (por ex.: princípio
116 ativo, formas farmacêuticas, conteúdo ou teor por unidade de dispensação,
117 apresentação e embalagens). Além disso, uma clara visão das disponibilidades
118 orçamentárias e financeiras do momento e no decorrer do período para o qual se
119 efetiva a programação complementa os requisitos.

120 Os preços dos medicamentos tendem a reduzir conforme o volume da compra
121 efetuada. Dessa forma, a opção por realizar contratos de compra com volume
122 maior, com prazo determinado e entregas parceladas costumam apresentar
123 vantagens como regularidade no abastecimento, redução dos estoques e nos
124 custos de armazenamento, garantia de medicamentos com prazos de validade
125 favoráveis e execução financeira planejada e gradual.

126 k) A análise dos critérios econômicos pelos responsáveis técnicos pode ser
127 considerada uma característica inovadora e importantíssima para a aquisição de
128 produtos com valores exequíveis e para a própria regulação de preços no
129 mercado farmacêutico. São considerados como parâmetros de preços aqueles
130 registrados no Banco de Preços em Saúde e na CMED (Câmara de Regulação do
131 Mercado de Medicamentos), ambos vinculados ao Ministério da Saúde.

132 l) A análise apurada dos requisitos técnicos e dos critérios econômicos pela
133 equipe de responsáveis técnicos durante os processos licitatórios diferencia a
134 prática atual das demais.

135 m) As ações da Comissão são integradas com os setores logístico, jurídico,
136 orçamentário e financeiro da Secretaria de Saúde de Florianópolis, bem como
137 com os próprios fornecedores.

138 n) A programação tem por finalidade que o serviço de saúde disponha de
139 medicamentos apropriados e previamente selecionados, nas quantidades
140 necessárias, em tempo oportuno e com foco na promoção do uso racional. A
141 estimativa dessas necessidades representa um dos pontos cruciais do ciclo da



142 Assistência Farmacêutica por sua relação direta com o nível de acesso aos
143 medicamentos e com o nível de perdas desses produtos. Existem vários métodos
144 utilizados na programação de medicamentos. Eles devem ser escolhidos tendo
145 em vista os recursos e informações disponíveis. Atualmente, são utilizados o perfil
146 epidemiológico, oferta de serviços, consumo histórico e consumo ajustado.

147 A aquisição de medicamentos constitui-se num conjunto de procedimentos
148 articulados que visam a selecionar o licitante com a proposta mais vantajosa. Ela
149 contribui para o abastecimento de medicamentos em quantidade adequada e
150 qualidade assegurada, ao menor custo possível, dentro da realidade do mercado,
151 apoiando e promovendo uma terapêutica racional, em área e tempo
152 determinados.

153 Estas atividades proporcionam que o usuário tenha acesso a medicamentos de
154 qualidade, na quantidade necessária e em tempo oportuno para o seu tratamento,
155 estando, portanto, de acordo com a missão e a visão desta Secretaria.

156 o) A eficiência desta iniciativa pode ser percebida pelo decrescente número de
157 ouvidorias sobre faltas ou problemas com medicamentos, bem como de
158 notificações em farmacovigilância, o qual acusaria possíveis falhas na qualidade
159 dos produtos.

160 p) A implantação da Comissão Técnica Permanente de Programação, Análise
161 Técnica e Aquisição da Relação Municipal de Medicamentos – REMUME tem sido
162 uma experiência exitosa para a rede municipal de saúde, considerando que se
163 tem observado maior regularidade no abastecimento e raríssimas notificações de
164 queixas de usuários e profissionais de saúde sobre a qualidade e/ou origem dos
165 medicamentos, comprovados pelos baixos índices de notificações em
166 farmacovigilância e ouvidorias. Isso indica que a participação de responsáveis
167 técnicos nos processos de programação, análise técnica e aquisição de
168 medicamentos no serviço público é imprescindível para a garantia da qualidade
169 dos medicamentos licitados, da aquisição na quantidade adequada e em tempo
170 oportuno, evitando desperdícios, perdas e gastos desnecessários e levando a
171 qualidade e a confiabilidade do serviço de saúde prestado.

